



SOCIEDADES RECREATIVAS E ASSOCIATIVISMO NEGRO: AGREMIÇÕES EM SANTA CATARINA NO PÓS-ABOLIÇÃO (1903-1950)

Júlio César da Rosa¹

Resumo: Este artigo tem por finalidade discutir como as sociedades recreativas foram interpretadas por pesquisadores, que se preocuparam em analisar essas organizações de afrodescendentes no pós-Abolição. Por meio de revisão bibliográfica e exercício de microanálise, podemos perceber os limites e os avanços que o debate sobre esses espaços da comunidade afro-brasileira provocaram e provocam no meio acadêmico. Longe de esgotar interpretações sobre essas agremiações, procuramos apreender quais conceitos estavam e estão sendo utilizados, e como essas pesquisas influenciaram e influenciam o debate sobre as relações raciais no Brasil. Igualmente, entender o debate que permeava o tema das sociedades recreativas, o momento em que elas foram construídas e em que condições surgiram, bem como suas finalidades. Nossas análises partem do método microanalítico e seu arcabouço conceitual e interpretativo, compreendendo a complexidade que permeia a construção dessas sociedades recreativas de afrodescendentes no pós-abolição.

Palavras-chave: História; Sociabilidade; Associativismo; Trajetória; Micro-história.

RECREATIONAL SOCIETIES AND BLACK ASSOCIATIVISM: AGGRESSIONS IN SANTA CATARINA AFTER POSSIBILITY (1903-1950)

Abstract: This article aims to discuss how recreational societies were interpreted by researchers, who bothered to analyze these organizations of Afrodescendants in post-Abolition. Through bibliographic review and the exercise of microanalysis, we can perceive the limits and advances that the debate about these spaces of the Afro-Brazilian community provoked and provoke in the academic environment. Far from exhausting interpretations about these associations, we try to understand what concepts are being used and how these research influences and influences the debate about race relations in Brazil. Also, to understand the debate that permeated the theme of recreational societies, the moment in which they were built and under what conditions they emerged, as well as their purposes. Our analyzes depart from the micro-analytic method and its conceptual and interpretative framework, understanding the complexity that permeates the construction of these recreational societies of Afrodescendants in post-abolition.

Keywords: History; Sociability; Associativism; Trajectory; Micro-history.

SOCIÉTÉS DE LOISIRS ET ASSOCIATIVISME NOIR: LES ASSOCIATIONS À SANTA CATARINA APRÈS ABOLITION (1903-1950)

Résumé: Cet article vise à discuter de la façon dont les sociétés de loisirs ont été interprétées par des chercheurs qui prennent la peine d'analyser ces organisations d'ascendance africaine dans l'après-abolition. A travers la revue bibliographique et l'exercice de la microanalyse, on peut percevoir les limites et les avancées que le débat sur ces espaces de la communauté afro-

¹ Doutorando em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos - (UNISINOS/RS). Membro do grupo de pesquisa "Experiências das populações de origem africana em Santa Catarina no pós-abolição" desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB/UDESC). juliusdarosa@gmail.com



brésilienne provoqué et provoque dans l'environnement académique. Loin d'épuiser les interprétations de ces associations, nous essayons de comprendre quels concepts sont utilisés et comment ces recherches influencent et influencent le débat sur les relations raciales au Brésil. Aussi, pour comprendre le débat qui a imprégné le thème des sociétés récréatives, le moment où ils ont été construits et dans quelles conditions ils ont émergé, ainsi que leurs objectifs. Nos analyses partent de la méthode microanalytique et de son cadre conceptuel et interprétatif, en comprenant la complexité qui imprègne la construction de ces sociétés récréatives d'Afrodescendants en post-abolition.

Mots - clés: Histoire; Sociabilité; Associativisme; Trajectoire Micro-histoire.

SOCIEDADES RECREATIVAS Y ASSOCIATIVISMO NEGRO: AGREMIACIONES EN SANTA CATARINA EN EL PÓS-ABOLICIÓN (1903-1950)

Resumen: Este artículo tiene por finalidad discutir como las sociedades recreativas fueron interpretadas por pesquisadorxs, que se preocuparon en analizar estas organizaciones de afro descendientes en el período pos-abolición. Por medio de revisión bibliográfica y ejercicio de microanálisis, se puede percibir los límites y los avances que el debate sobre estos espacios de la comunidad afro-brasileña han provocado y provocan en el medio académico. Lejos de agotar interpretaciones sobre las agremiaciones, procuramos aprender cuales conceptos son utilizados, y como estas pesquisas influenciaron el debate sobre las relaciones raciales en Brasil. Igualmente, entender el debate que permeaba el tema de las sociedades recreativas, el momento en que ellas fueron construidas y en cuáles condiciones surgieron, bien como sus finalidades. Nuestras análisis partieron del método micro analítico y su marco conceptual e interpretativo, comprendiendo la complejidad que permea la construcción de las sociedades recreativas de afro descendientes no pos-abolición.

Palabras-clave: Histórica; Sociabilidad; Asociativismo; Trayectoria; Micro-historia.

INTRODUÇÃO

A análise de trajetórias individuais ou de grupos vem se consolidando como um exercício historiográfico cada vez mais presente nas pesquisas preocupadas em conhecer e compreender a organização dos grupos sociais e suas dinâmicas internas, bem como, o estabelecimento de suas relações com outros grupos. Esta proposta de análise do passado, como o estudo da trajetória dos protagonistas afrodescendentes de Laguna, serve como um “fio condutor para compreender o tecido social em que estavam envolvidos” (Vendrame, 2013, p. 15), os membros dessas agremiações.

Outro caminho profícuo e vantajoso para o estudo das trajetórias de coletividades são suas redes sociais. A circulação desses atores sociais em ambientes distintos ajuda-nos a compreender como construíram relações sociais horizontais e verticais e quais os diferentes graus de intensidade produzidas na constituição e manutenção de laços interpessoais.



O surgimento dos clubes União Operária e Cruz e Sousa e seus modos organizativos constituem elementos significativos para compreendermos as experiências de diferentes sujeitos históricos da cidade Laguna, Santa Catarina. Estes espaços nos possibilitaram compreender as novas identidades em construção, bem como a organização dos clubes recreativos, suas dinâmicas, lugares estratégicos de associativismo, as possíveis redes de relações com outros clubes, seus projetos coletivos e individuais, as aspirações e expectativas quanto à ascensão social, visibilidade e respeitabilidade na luta por inserção social.

Ao analisar as redes de relações apreendemos conflitos, tensões, contradições, disputas, alianças e afastamentos entre os atores sociais. Diferente da suposta coerência e ausência de conflitos, problematizamos as diferentes ações de grupos ou de indivíduos em seus mais variados contextos. Neste sentido, o estudo de trajetórias, sejam elas particulares ou coletivas, visibiliza aqueles que sempre foram alijados dos processos históricos. O método microanalítico não pode ser comparado à história local, pois se trata de algo distinto, implicando que a história local estuda uma localidade, já a micro-história possui “uma tarefa instrumental, como em um laboratório se busca com uma escala reduzida definir um problema geral” (Levi, 2011, p. 18).

Esta leitura crítica da sociedade sob o prisma da micro-história procura contrapor modelos explicativos homogeneizadores, que anulam as ações dos homens em sociedade, pois interpretações macroestruturais são incapazes de apreender as experiências sociais em suas múltiplas dimensões. Aos indivíduos, ou sujeitos da história, restava quase ou nenhuma liberdade de escolha, sendo os atores sociais classificados em categorias rígidas. Para fugir desta concepção, a micro-história,

[...] tentou construir uma conceituação mais fluida, uma classificação menos prejudicial do que constitui o social e o cultural, e um arcabouço de análise que rejeita simplificações, hipóteses dualistas, polarizações, tipologias rígidas e a busca de características típicas (Levi, 1992, p. 160).

Diferente de outras interpretações que no decorrer do texto analisamos, nosso diálogo com as diversas bibliografias sobre sociedades recreativas permitiu perceber como esta forma de organização desenvolveu-se juntamente com a nova ordem social que se estabelecia no pós-emancipação, proporcionando a um determinado grupo de homens e mulheres afrodescendentes mobilidade social e acesso a bens materiais e



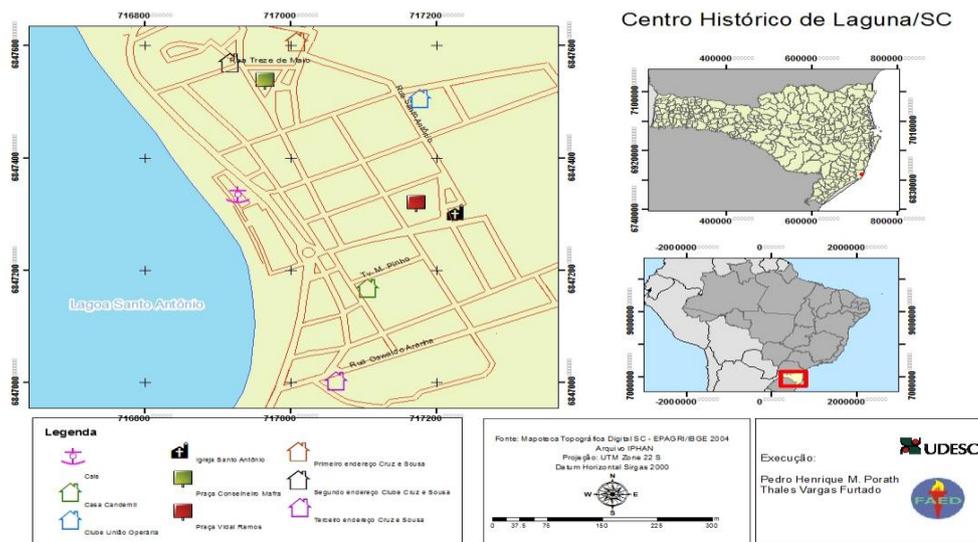
culturais, contrariando pesquisas que apontavam para a desorganização e “anomia” destas populações.

LIMITES E POSSIBILIDADES: ANÁLISE CONCEITUAL EM TORNO DAS AGREMIÇÕES NEGRAS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

No dia 4 de dezembro de 1903, o Jornal *Albor*, da cidade de Laguna, anunciava que havia sido realizado, no último domingo, “o festival inaugurativo da sociedade Club União Operária, com um baile que durou até as quatro horas da manhã” (O ALBOR. Laguna. 24 de dezembro de 1903, n. 63). No mesmo jornal, cerca de dois anos e meio depois, havia outro anúncio de um clube, o Club Literário Cruz e Sousa, inaugurado no dia 29 de julho de 1906. Nesse dia, o Presidente, o Sr. José Honorato Alano proferiu, um breve discurso exaltando o espírito do melhor poeta do Brasil, que dava nome ao clube (O ALBOR. Laguna. 06 de agosto de 1906, n. 198). Ambas as sociedades recreativas possuíam em comum o fato de seus sócios serem afrodescendentes.

Como é possível perceber no mapa a seguir, essas sociedades recreativas estavam localizadas na área central da cidade de Laguna (o Clube União Operária continua no mesmo endereço, já o Cruz e Sousa teve sua última sede na Rua Osvaldo Aranha), próximas às principais instituições representantes do poder público, como, por exemplo, a Biblioteca Pública, a Praça da Igreja Católica, o antigo Mercado Público (incendiado em 1939) e, portanto, lugar de significativa visibilidade.

Figura 1. Mapa do Centro Histórico de Laguna - 1900 a 1950.



Fonte: Porath, Pedro Henrique; Furtado, Thales Vargas, 2010.

O surgimento de organizações constituídas por afrodescendentes, especificamente as agremiações recreativas, constitui característica visível nas primeiras décadas do século XX, sobretudo nas regiões sul e sudeste do país. As produções historiográficas que discutem esta forma de organização se caracterizam pelas múltiplas abordagens e interpretações como percebemos neste exercício de revisão.

As associações das populações de origem africana foram interpretadas pela bibliografia clássica, produzida nos anos de 1950², como formas de organizações lúdicas e de formação moral de homens e mulheres. Além de considerarem tais organizações apenas como espaços lúdicos, característicos dessa abordagem, apontava-se esses sujeitos como um grupo homogêneo, frequentadores de espaços “culturais e beneficentes”, desprovidos da função da “arregimentação da raça”, e sim, “desvirtuando e virando bailes”. Autores como Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Clovis Moura perceberam essas formas de organizações apenas como sociedades dançantes, desvinculadas de algum cunho político.

²Considero estes autores clássicos porque foram os primeiros a se dedicar aos estudos dessas organizações formadas por afrodescendentes: FERNANDES, Florestan. *A integração do negro à sociedade de classes*. São Paulo: Dominus: Ed. Univ. S. Paulo, 1965. 2 V; CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional*. São Paulo: Ed. Nacional, 1960; MOURA, Clovis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988; PINTO, L. A. Costa. *O Negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*. São Paulo (SP): Companhia Editora Nacional, 1953.



Ao analisar as atividades das populações “negras” na cidade de São Paulo, no início do século XX, Florestan Fernandes considerou que apenas o Grêmio Recreativo Kosmos, o Centro Cívico Palmares e o Centro Humanitário José do Patrocínio³ tinham a função de “arregimentação da raça”, sendo, portanto, caracterizadas como “associações combativas”, na medida em que serviam, especialmente, como espaço para a difusão e consolidação de novos padrões de vida (Fernandes, 1965, p. 30).

Todas as outras - que promoviam bailes -, em sua interpretação, constituíam espaços beneficentes e culturais. “Desde 1915 vinham sendo fundadas organizações de negros que acabavam se desvirtuando e virando bailes. É fato que os fins dessas sociedades não eram de arregimentação da raça, mas sim culturais e beneficentes” (Fernandes, 1965, p. 30). Cabe lembrar, também, que o segundo volume do livro *Integração do Negro à Sociedade de Classes – Movimento social no meio negro* foi elaborado com auxílio de alguns ilustres militantes negros das primeiras décadas do século XX⁴, os quais escreveram alguns trabalhos especialmente para a elaboração deste livro, além de concederem diversos depoimentos.

Desse modo, algumas conclusões feitas por Fernandes corroboram com as memórias dessas pessoas, que pertenciam a um pequeno grupo e mantinham alguns embates de valores com o restante das populações afrodescendentes da cidade de São Paulo, não representando os anseios da maioria destes sujeitos históricos (Cardoso, 1993, p. 74). Como adverte Jacques Le Goff, “se a memória faz parte do jogo do poder, se autoriza manipulações conscientes ou inconscientes, se obedece aos interesses individuais ou coletivos” (1990, p. 32), ter essas memórias como únicas fontes para análise se reproduz a visão de mundo de um grupo específico.

Por isso, entendemos que as experiências desse pequeno grupo de letrados não devem ser generalizadas para todos os seguimentos das populações de origem africana, homogeneizando-as ou invisibilizando a pluralidade presente nestes grupos, além do que consideravam prioridade para alcançar uma vida melhor. As intenções desses grupos de letrados, supostamente, não eram as mesmas intenções daqueles

³ Estas sociedades foram fundadas no estado de São Paulo: o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares, em 1908 e 1926, respectivamente. O Centro Humanitário José do Patrocínio foi oficializado em 09 de fevereiro de 1920.

⁴ Destaque para a participação de José Correia Leite (fundador de *O Clarim da Alvorada, Chibata e Alvorada*), Isaltino e Arlindo Veiga dos Santos (fundadores da Frente Negra Brasileira, sendo que o primeiro se tornou secretário e outro presidente desta agremiação).



afrodescendentes, que talvez “desejassem a satisfação de necessidades mais imediatas e que fossem promotoras de momentos de prazer dentro de suas tradições e experiências socioculturais, dentro do campo em que elas dominavam” (Cardoso, 1993, p. 47).

Sendo assim, os afrodescendentes letrados tendiam a se afastar daqueles “negros humildes” e “pobres”, porque conviviam e tinham como exemplo os imigrantes europeus que ascenderam socialmente. A identificação com os valores dominantes era uma condição para o soerguimento dos “homens de cor”. Nesta perspectiva, a memória compõe os jogos de poder, quando grupos dirigentes tomam para si a responsabilidade de representar um grupo social, tentando ser seu representante legítimo.

Perspectiva de análise semelhante à de Fernandes sobre as interpretações da *Imprensa Negra*⁵ pode ser evidenciada na obra de Cardoso e Ianni, acerca da existência das sociedades recreativas em Florianópolis, especificamente o Clube União Recreativa 25 de Dezembro. Segundo os autores, a sociedade servia apenas como espaço de dança e seus frequentadores eram vistos como pertencentes a uma mesma “raça”, portanto, numa perspectiva de homogeneidade.

Quando examinamos a composição racial desses clubes, evidencia-se a seguinte peculiaridade: houve clubes de negros e mulatos, mas também apenas de negros e ou somente de mulatos. Não encontrando referência a clube misto de mulatos, negros e brancos que tivesse existido no passado [...]. Como vemos, a discriminação racial penetrou até mesmo o grupo “de cor”. Também eles foram envolvidos nesse processo social iniciado no passado. [...] Tais clubes, aliás, o são apenas nominal e legalmente. De fato, são empresas que comercializam dança. (sic) (Cardoso; Ianni, 1960, p.179-181).

Tais abordagens teóricas e interpretações, alicerçadas num tipo específico de fonte, como os questionários submetidos aos alunos do ensino secundário e registros orais com moradores do Morro do 25 em Florianópolis⁶, acabaram sendo insuficientes ou pouco explorados, perdendo de vista interpretações das finalidades dessas associações. Considerá-las apenas sociedades dançantes parece uma explicação limitada, pois além da diversão, constavam em seus estatutos as preocupações com

⁵ *Imprensa Negra* foi o conjunto de jornais nascido no interior das sociedades recreativas com a intenção de tratar das questões dos negros, denunciando e apontando soluções para os problemas vividos pela população negra. Para saber mais sobre este fenômeno, consultar: BASTIDE, Roger. A imprensa negra do Estado de São Paulo. *Boletim de Sociologia*, n. 2, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1951, p. 50-78; FERRARA, Miriam Nicolau. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1986.

⁶ Rua Padre Schroeder, bairro Agrônômica, Florianópolis/SC.



instrução e auxílio mútuo, conforme apreendemos também no *Estatuto da Sociedade Recreativa União Operária* de Laguna,

Artigo 2º. Esta Sociedade tem por fim, a) Proporcionar reuniões dançantes ou quaisquer outras festas em que se reúnam amistosamente os sócios e seus familiares; b) criar uma sessão de leitura variada e instrutiva para seus sócios fazendo aquisições de jornais, livros e revistas boas; c) intensificar e desenvolver-se por todos os meios ao seu alcance os serviços de assistências sociais (Estatuto da Sociedade Recreativa União Operária. Capítulo I, artigo 2º, 1903).

De tal modo, o caráter assistencial, a mobilidade social por meio da instrução e a visibilidade que esses espaços possibilitaram aos afrodescendentes ligados aos clubes podem ser percebidas como táticas⁷, permitindo galgar ascensão social em uma sociedade que os alijava de todas as formas.

Discordamos da interpretação anterior porque, mesmo com atividades recreativas como bailes, entre outros tipos de atividades culturais, essas associações estavam preocupadas também com a situação econômica, cultural e educacional dos afrodescendentes. Uma parcela dessas associações tinha como objetivo em suas ações a educação formal e a formação profissional de homens, mulheres e crianças, interferindo nas condições daqueles sujeitos, oportunizando melhorias na condição de vida e oportunidades de mobilidade social, desde que esses homens e mulheres estivessem dispostos a aceitar as condições estabelecidas por essas associações.

Essas agremiações podem ser encaradas como uma forma autônoma que os afrodescendentes buscaram para gerir suas necessidades, ampliar redes de solidariedade, ascender socialmente e distinguir-se da grande maioria dos descendentes de africanos, em situação de miséria e não compartilhando dos mesmos valores (Britto, 1986, p. 100-101; Cardoso, 1993, p. 32-33; Domingues, 2004, p. 209-211) desses pequenos grupos das sociedades recreativas.

⁷ Chamo de tática uma ação calculada determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro, tendo que jogar com o terreno imposto, tal como o organiza a lei de uma força estranha. A tática é um movimento “dentro do campo de visão do inimigo [...]”. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas.” Certeau, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 100.



Cabe destacar a noção de “rede”, para compreender a morfologia das sociedades e, em particular, as agremiações recreativas. Este conceito permite-nos perceber a formalização das relações sociais. A possibilidade de construir a rede de relações de uma pessoa comporta perceber os diferentes níveis de intensidade em que se insere um indivíduo ou grupo social. E por meio da análise das redes sociais também podemos compreender como se diferenciam as relações entre as pessoas e como se constroem tais redes, vislumbrando o lugar dos sujeitos no tecido social.

A distinção e assimilação aos padrões hegemônicos vigentes nesses espaços de sociabilidade estavam restritos a homens e mulheres inseridos nestas redes, que se viam e interpretavam o mundo de acordo com referenciais culturais mais próximos a eles. É o que aponta a pesquisa de Andréa A. de Moraes Cândido Carvalho (2001) acerca do Centro Cívico Cruz e Sousa, fundado em 1918, no município de Lages⁸, Santa Catarina. A autora, pela análise de fontes como as Atas de Reunião, os registros orais e o Estatuto da Sociedade Recreativa, aponta preocupação da agremiação em relação à educação de seus sócios, por meio do estabelecimento de escolas, de teatro e de aulas de alemão.

Juntamente com a diretoria e membros do Centro Cívico Cruz e Sousa, realizavam a nobre tarefa na alfabetização de adultos, uma vez que existia um número elevado de afrodescendentes analfabetos, entre os quais, muitos eram frequentadores e sócios do Centro Cívico. Além da alfabetização, lecionavam outras matérias seguiam o programa do ensino público. Havia aulas de alemão ministrado pelo Professor Sebastião Dias Gomes, que também era de “cor”, cuja convivência por longo tempo com o Frei Rogério Nheus, proporcionou-lhe aprender a referida língua (Carvalho, 2001, p. 61).

Nessa perspectiva, concordamos que as sociedades recreativas não estavam apenas voltadas para o lúdico ou o divertimento. A preocupação com a educação, neste caso, supõe o estabelecimento de ações voltadas para a formação e, portanto, para a construção de maiores chances de concorrer a um trabalho digno. Outra característica apontada acerca da sociedade recreativa Cruz e Sousa é a preocupação expressa por seus integrantes em relação às normas de conduta que deveriam ser respeitadas tanto no interior do estabelecimento quanto fora dele. Para Carvalho,

⁸ Lages é um município brasileiro da região sul, localizado no estado de Santa Catarina. A cidade possui cerca de 156.737 habitantes e faz parte da mesorregião (política) e região (geográfica) serrana do estado, sendo a maior cidade em área do estado e cidade-sede da Região Metropolitana de Lages. Disponível em: <<http://www.lages.sc.gov.br/perfil.php>>. Acesso em: 21 mai. 2016.



A agremiação se constituía em um instrumento de civilização desses descendentes de africanos. Frequentá-la era como um atestado de assimilação aos padrões burgueses de comportamento público. [...] O vestir-se bem também servia de linguagem para expressar e manter a estabilidade nesses espaços sociais. Dessa forma, a aparência física é importante para reafirmar a condição social dos afrodescendentes perante o grupo dominante (Carvalho, 2001, p. 61).

Esse processo de assimilação dos valores dominantes, segundo a autora, era necessário para aqueles que carregavam o fardo da herança da escravidão. Incorporar alguns valores da sociedade envolvente garantia respeito e distinção nos espaços públicos e privados. Em reuniões registradas por meio de Atas, como a autora destaca, um dos presidentes do clube enaltece a luta pela “consciência negra” para seus sócios e frequentadores.

Antes e durante os bailes de gala que tinham datas históricas, eram feitos discursos sobre a abolição da escravidão, sobre a consciência negra, para incentivar o pessoal de cor a crescer, discurso sobre consciência de sua cor, suas dificuldades incentivando o negro a lutar para crescer.⁹

Na visão da autora, essa postura político-ideológica era fruto do contato com associações de todo o país, e Santa Catarina não estava isenta desse cenário. Nesse contexto, as sociedades recreativas incorporavam em suas ações a luta antirracista.

O Centro Cívico Cruz e Sousa não foi apenas uma associação lúdica, e seu caráter combativo, não se deve somente à incorporação de um discurso militante em prol do soerguimento das populações de origem africana. Em período anterior ao discurso político e militante, suas ações já estavam voltadas para a ascensão social dos seus membros. Tendo a educação como tática para elevação social a criação do Grêmio das Margaridas e o Grêmio Treze de Maio, responsáveis pela instrução e letramento dos seus sócios.

Os grêmios femininos eram compostos, na grande maioria, por mulheres de sócios e dos membros da diretoria do clube, e por mais que reforçassem os papéis de gênero, no interior das sociedades recreativas e fora delas, as mulheres atuaram social e politicamente na construção de uma outra visão de mundo, fazendo-se protagonistas de sua própria história e não como coadjuvantes, conquistando visibilidade e

⁹ Entrevista com o Sr. Nauri Campos, Apud Carvalho, 2001, p. 56.



respeitabilidade para si e seus pares, visando romper com estereótipos e preconceitos direcionados a homens e mulheres de descendência africana.

O Grêmio das Margaridas auxiliava a diretoria do Centro Cívico nos eventos e bailes, mas principalmente atuavam no aprimoramento cultural, na orientação de “boas maneiras” às jovens de cor que freqüentavam o clube. Contudo, havia ainda, uma outra função do Grêmio que, juntamente com a diretoria e membros do Centro Cívico Cruz e Sousa, realizavam a nobre tarefa na alfabetização de adultos, uma vez que existia um número elevado de afrodescendentes analfabetos, entre os quais, muitos eram frequentadores e sócios do Centro Cívico (Carvalho, 2001, p. 61).

Maria das Graças Maria, em estudo sobre as sociedades recreativas União 25 de Dezembro e Brinca Quem Pode nas décadas de 1930 a 1940, em Florianópolis, diverge da ideia de assimilação proposta por Carvalho. A autora aponta que essas normas de conduta tinham por objetivo construir a respeitabilidade das sociedades recreativas e a de seus integrantes em relação ao restante da sociedade. Indicava, portanto, uma forma de sobrevivência desses territórios ou a adaptação à “dominação inexorável” (Maria, 1997, p. 152).

Concebendo essas sociedades para além da dança, Maria das Graças Maria entende esses espaços como lugar de encontros, e também de trocas de experiências, conflitos, tensões e laços de solidariedade, se constituindo, portanto, em um território de pertencimento composto por ambivalências.

A perspectiva de território é entendida pela autora como comunidade negra, pautada em Bittencourt, “[...] tomada como um valor, os negros constituem múltiplos espaços sociais, simbólicos e existenciais no contexto urbano [...]. Por outro lado, também designa os espaços sociais com acentuada presença e circularidade de negros” (Bittencourt, 1996, p. 221). Maria decodifica os territórios negros como lugares marcados por um processo de “interculturalidade” de grupos sociais distintos:

A interculturalidade também colaborou na definição do perfil desses lugares, pela ação cotidiana dos sujeitos históricos interferindo no status quo e vice-versa, permitindo pensar-se na dinâmica das experiências humanas. O intercâmbio de valores entre as diferentes culturas está sempre presente nas relações sociais (Maria, 1997, p. 21).



Para a autora, a ascendência africana não é definidora de uma identidade negra. Compreender os afrodescendentes como um bloco homogêneo exclui os outros fatores que constituem as suas múltiplas identidades socioculturais, facilitando a dominação de uma cultura hegemônica. Considerando que Maria das Graças Maria percebe os afrodescendentes como um grupo social heterogêneo, ainda, assim, encontramos algo contraditório em sua abordagem, na afirmação relativa a uma “identidade negra”.

Não se pode falar em identidade negra como se os afro-brasileiros fizessem parte de um todo homogêneo no contexto social. A descendência africana, o passado escravista aliado ao racismo e algumas heranças culturais herdadas dos antepassados não são únicos definidores da identidade negra (Maria, 1997, p. 93).

Mesmo considerando os afrodescendentes um grupo heterogêneo, a afirmação da existência de uma identidade negra, tendo como referência a herança da escravização e o racismo, ao meu ver não são elementos suficientes para a conformação desta identidade. Penso que a construção das identidades tanto a africana como uma identidade afro-diáspórica se constroem culturalmente e politicamente e neste sentido, corroboramos com Achille Mbembe

A identidade africana não existe como substância. Ela é constituída, de variantes formas, através de uma série de práticas, notavelmente as *práticas do self*. Tampouco as formas desta identidade e seus idiomas são sempre idênticos. E tais formas e idiomas são móveis, reversíveis e instáveis. Isto posto, elas não podem ser reduzidas a uma ordem puramente biológica baseada no sangue, na raça ou na geografia. Nem podem ser reduzir a tradição, na medida em que o significado desta última está constantemente mudando (Mbembe, 2001, p. 199).

Em perspectiva semelhante à de Mbembe, Kabengele Munanga afirma que “o não reconhecimento ou reconhecimento inadequado da identidade do ‘outro’ pode causar prejuízo ou uma deformação ao aprisionar num modo de ser falso e reduzido” (Munanga, 2005, p. 5), numa ideia de que africanos e afrodescendentes são iguais, portadores de características físicas e psicológicas comuns, contribuindo, deste modo, para a naturalização da ideia de “raça”.

Joselina da Silva (2000), analisando o “Clube Renascença” na cidade do Rio de Janeiro, fundado em 17 de fevereiro de 1951 (Silva, 2000, 65; Giacomini, 2006, p. 28) assinala que, ao se estabelecer enquanto clube e, ao se “organizarem em torno da



construção de uma identidade negra, os cidadãos negros do Renascença estavam na verdade, fazendo ‘revolução dentro da ordem’, como diz Florestan Fernandes”. O Renascença Clube é identificado por Joselina da Silva, como um local de construção de identidades plurais. “As diversas identidades¹⁰ do Renascença servem para pensar as diferentes identidades negras manifestas em um mesmo espaço geográfico e que se diferenciam através dos tempos históricos e sociais” (Silva, 2000, p. 113).

Sonia Maria Giacomini, ao analisar também o Renascença Clube, em sua tese de doutorado, aborda a experiência do clube através da categoria “identidade negra” (Giacomini, 2006, p. 44). Destaco, na pesquisa de Giacomini, que as falas dos entrevistados e suas posições em relação às atividades do clube divergem, distam da essencialização e de uma identificação cultural única. Ao entrevistar Lucia, uma antiga sócia, Giacomini destaca que “os sócios se reunião de tarde, e quase nos moldes dos antigos clubes literários, ouvíamos música clássica, Bramhs, Bach, Mozart, tínhamos no clube muitos músicos, maestros, e também chás com muita declamação de poesia e saraus”.¹¹

No que se refere às manifestações culturais, Ieda Marques Brito, em São Paulo, percebeu que os afrodescendentes ligados às sociedades recreativas, e em ascensão social, tinham práticas de consumo cultural muito distante da dos “Negros da Glete”, visto que estes últimos mantinham práticas culturais que lembravam o tempo do cativo, como a umbigada e o cacumbi. O posicionamento dos afrodescendentes letrados contribuiu para o alargamento entre as camadas mais pobres e o pequeno grupo letrado que se destacava entre as populações de origem africana.

¹⁰ Em sua dissertação de mestrado, Joselina da Silva divide a pesquisa em quatro fases: a primeira fase do Renascença é assinalada por meio da identidade étnica, presente a partir da identificação dos seus membros por meio da classe social, do fortalecimento dos laços de família, pela educação. A segunda fase centra-se na beleza negra feminina, com a participação das filhas dos membros e sócios do clube em concursos de misses e/ou rainhas, creditando maior visibilidade ao clube quando ele passa a ser destacado pela imprensa do Rio de Janeiro. O terceiro momento, segundo Joselina da Silva o Renascença, está diretamente ligado à construção de uma identidade étnica com base na manifestação cultural: o samba, o teatro e o Movimento Negro, considerados veículos de construção de uma identidade político-ideológica. A quarta e última fase envolve uma ausência de identidade segundo a autora, quando surgem e consolidam-se os movimentos organizados e as ONGs. Esse modelo de sociabilidade não atraía mais a classe média “branca” ou “negra”, o novo contexto proporcionava uma maior visibilidade para os afrodescendentes sem isso ter significado a resolução das questões raciais na cidade. SILVA, Joselina da. *Renascença, lugar de negros no plural: Construções identitárias em um clube social de negros no Rio de Janeiro*. (Dissertação de Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2000.

¹¹ Lucia, 63 anos, advogada e museólogo, filha de famoso músico que esteve entre os primeiros sócios e frequentadores do Clube, Apud Giacomini, 2006, p. 33.



No Rio de Janeiro, ao que tudo indica, não foi diferente. Os afrodescendentes que fundaram o Renascença Clube eram pessoas de proeminência social - médicos, advogados, professores -, com condição econômica e educacional privilegiada. Algo muito distante da realidade da maioria dos homens e mulheres de origem africana, que habitavam os morros do Rio de Janeiro, cujos “hábitos de consumo” eram “considerados de mau gosto”. Mas, nem todos os criados naquele ambiente erudito estavam satisfeitos com ele. Em entrevista para Giacomini, Laura, filha de uma antiga sócia, relata:

Minha mãe sempre seguiu muito essa coisa do passado, é uma coisa própria da sociedade mesmo, que faz com que a pessoa negue os valores né? Por exemplo, ela nunca deixava eu participar do carnaval quando eu era menina, né? (...). Então ela não deixava que eu participasse de bloco, e eu que adoro dançar rumba, samba, mambo. E ela me botava de fantasia, toda bonita no carnaval, mas era aquela coisa de ir para a cidade, na Cinelândia, mostrando a fantasia. Mas eu queria mesmo era sambar mesmo, queria mesmo participar daqueles piqueniques que tinha daqui para o Páquetá, daqueles Mocanguê que chamavam, né? Era ali na Praça XV o pessoal daquele Mocanguê dançando samba de roda, mas ela não deixava porque era questão de segurar a filha, né? Mas quando eu me vi independente, quando eu consigo me libertar um pouquinho, ah minha filha, foi ‘Boêmio de Irajá’, ‘Bafo da Onça’, ‘Mangueira’, ‘Ilha’, nisso tudo eu já saí. [...] Eu tive muitos problemas quando eu era mocinha e que eu ia para o Municipal, que eu sempre gostei muito de dançar. Quando eu fazia um requebro mais assim, colegas minhas, que hoje são professoras, todas formadas, diziam: ‘Não samba assim não, isso é coisa de negro, coisa de negro da favela’.¹²

Outra evidência do afrouxamento das práticas culturais entre a minoria de afrodescendentes bem-sucedidos e a maioria que habitava os morros do Rio de Janeiro como assinalou Brito, é também apontada por Giacomini na entrevista de Laura, filha de um dos fundadores do clube Renascença Clube, conforme citação acima: participar das rodas de samba, de manifestações culturais ditas “populares”. José Roberto não via o samba com bons olhos, como ele mesmo assinalava: “O Rena tinha um pouquinho de cultura, aí depois ficou marcado como um clube de samba. Se você perguntar para a geração 60, 70, o Renascença é o clube do samba e das mulatas. Antes de 60, 70, não tinha samba não”¹³.

¹² Entrevista realizada com Laura, Apud Giacomini, 2006, p. 43-44.

¹³ Entrevista realizada com José Roberto, Apud Giacomini, 2006, p. 136.



O samba foi criticado pelos sócios fundadores do Clube Renascença em virtude do afastamento do projeto inicial, voltado para cultura clássica e erudita. Posteriormente, a crítica partia da geração influenciada pelo movimento de direitos civis norte-americano, que não viam no samba e suas atividades culturais um projeto maior, como indica Francisco: “até então (início de 1970) era só samba, ninguém se preocupava em fazer um trabalho com a comunidade. [...] Agora, nós, tínhamos um projeto político que tinha mesmo uma proposta de valorização dos negros, juntar todos os negros com o soul”.¹⁴

Essas evidências permitem refletir que, os afrodescendentes ligados ao Clube Renascença, em suas diversas fases, eram pessoas de classes sociais distintas, e o único componente que os unia era a ascendência africana. Isto é, carregavam as marcas de uma origem comum, mas não compartilhavam dos mesmos valores culturais e não se percebiam enquanto uma raça.

O que os unia, é o que Michel Maffesoli chama “de uma solidariedade orgânica, feita de atrações e de repulsões, de identificações afetuais ou de emoções partilhadas em todos os domínios” (Maffesoli, 2005, p. 211). As identidades são construídas cultural e historicamente, e não biologicamente. Neste sentido, pensar esses homens e mulheres, valendo-se de categorias homogeneizadoras, implica negar múltiplas experiências e vivências.

Contrariando abordagem “essencializante”, que “naturaliza” e “des-historiciza” a diferença, “confundindo o que é histórico e cultural com o que é natural, biológico e genético” (Hall, 2003, p. 345) e para desprender-nos da noção de “raça”, torna-se útil a noção de múltiplas identidades e identificações, o que nos permite pensar as inúmeras experiências no interior de grupos afro-brasileiros em diferentes períodos. Em contextos de diáspora africana, homens e mulheres passaram a se situar no mundo, sobrevivendo e reatualizando práticas culturais, ressignificando ou incorporando também elementos das culturas dominantes (Maria, 1997, p. 21).

Nesse sentido, utilizamos a categoria afrodescendente porque, “ao contrário de negritude¹⁵, o conceito não remete a uma identidade de natureza racialista e totalitária,

¹⁴ Entrevista com realizada com Francisco, Apud Giacomini, 2006, p. 209.

¹⁵ O conceito de Negritude foi a primeira tentativa para cercar as noções de alteridade e identidade, resultado do contexto colonial, que tinha como um dos objetivos fundamentais era a afirmação e a reabilitação da identidade cultural, da personalidade própria dos povos negros. MUNANGA, Kabengele.



além de permitir historicizar a construção das identificações no Brasil” (Cardoso, 2005, p. 172-173). Dessa maneira, podemos pensar na constituição desse espaço lúdico como um lugar para estar “entre os seus pares”, onde se reconhecem como sujeitos, pautando afinidades eletivas, subjetividades e a oportunidade de conviver com pessoas preocupadas com as mesmas aspirações, tentando viver da melhor forma possível.

A categoria “identidade negra”, utilizada por Silva, Maria e Giacomini, dentre outros autores, se pensada somente a partir de marcadores raciais corremos o risco de não reconhecer a pluralidade presente entre as populações de origem africana, percebendo-as enquanto uma “massa” monolítica, dificultando a compreensão dos diversos aspectos que não se resumem à ascendência e à uma origem biológica comum. Concordamos com Marilise Luiza Martins dos Reis, pois há possibilidade de pensar em identidades plurais, fluidas, fragmentadas, em constante construção e reconstrução, possibilitando uma ressignificação das identidades,

[...] afastando-as das posições fixas, ligando-as às idéias de diáspora, para com isso compor identidades diferenciadas, para além do termo ‘negro’ uma - categoria que reflete equivocadas idéias racialistas, que reforça estereótipos e leva a manutenção de estigmas e supremacismos - em direção a um termo positivado: o prefixo ‘afro’, identificação que estimularia os que fogem dos velhos termos estigmatizados a se autodeclararem e se visualizarem dentro de um grupo de origem ancestral africana (independente do fenótipo), de forma positiva (Reis, 2010, p. 12).

Sendo assim, como podemos pensar em identidade negra única se os africanos transferidos forçadamente para o Brasil eram oriundos de diversos locais em África, possuidores das mais distintas culturas e tradições? É inegável a pluralidade existente naquele continente, bem como a diversidade entre a própria sociedade que se gestava no Brasil. Entendemos que o conceito “identidade negra” interpretado sem levar em consideração a heterogeneidade de homens e mulheres de origem africana, corremos o risco de simplificar e generalizar essas populações, contribuindo para fortalecer a ideia de “raça” o que, por sua vez, colabora na manutenção de desigualdades e hierarquias raciais que ainda persistem em nosso país.



As sociedades recreativas, definidas como territórios negros, perspectiva presente nos trabalhos de Bernadete Orsi (1999), Janaina Nailde Silveira (2000) e Mariléia Simiano (2002), compõem “Territórios Interacionais”¹⁶, formando “locais de encontro e troca, nem sempre fixos, permeados por códigos simbólicos de pertencimento, que os diferenciam dos demais” (Orsi, 1999, p. 56).

Segundo Silveira,

Os afrodescendentes de Itajaí estabeleceram uma tradição de associativismo, criando seus espaços de lazer. Segundo Ilka Boaventura Leite esses espaços de lazer são classificados como territórios negros ‘a noção de território como base geográfica e como espaço necessário à sobrevivência dos negros, possibilitou uma tendência, desde então, a interpretar todos os tipos de lugares habitados por estes, como espaços de resistência no interior da sociedade branca racista. O território seria, portanto, uma das dimensões das relações interétnicas, uma das referências do processo de identificação coletiva. Imprescindível e crucial para a própria existência do social. Enquanto tal pode ser visto como parte de uma relação, como integrante de um jogo. Desloca-se, transforma-se, é criado e recriado, desaparece e reaparece. Segundo a autora existem dois tipos de ocupação, que seria a Residencial e a Interacional. Chamo a atenção para este último tipo de ocupação em Itajaí foi delimitado pelos afrodescendentes através de associações recreativas e culturais (Silveira, 2000, p. 11).

Os espaços de sociabilidade construídos por afrodescendentes são identificados como “territórios”, lugares de interlocução e de “revivência”, “invenção e re-elaboração de tradições culturais” (Silveira, 2000, p. 32). Tal concepção faz-se fundamental para populações historicamente marginalizadas, constituindo referencial de pertencimento. A territorialidade ultrapassa o sentido de um lugar comum, tratando-se de importante instrumento de visibilidade e autonomia.

De acordo Michel de Certeau, cabe aqui considerar que as sociedades recreativas deixam de ser um simples “lugar” para ser “lugar praticado”, um “espaço” vivido. Passam a ser espaços por se traduzirem em locais de mobilidade, tensões, conflitos e alianças. Na percepção do autor, um local é “produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em uma unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais” (Certeau, 2008, p. 202). Ou seja, o espaço é marcado por ações dos “sujeitos históricos”.

¹⁶ As autoras utilizam o conceito de território interacional da antropóloga Ilka Boaventura Leite para definir o Clube 13 de Maio, fundado em 06 de outubro de 1961, no município de Tijucas e a Sociedade Beneficente Sebastião Lucas, fundada em 22 de maio de 1952, na cidade de Itajaí.



Nestes territórios revela-se a multiplicidade de experiências vividas por homens e mulheres afrodescendentes. Thompson aponta que a experiência compartilhada transforma as pessoas em sujeitos ativos, “não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos” (Thompson, 1981, p. 182).

Os conflitos e as tensões no interior desses espaços, as disputas de poder, as expectativas de ascensão social, a ruptura com a imagem negativa herdada da escravidão, o distanciamento e as aproximações de valores supostamente dominantes, são experimentados e vivenciados nesses espaços, proporcionando prestígio social, um lugar de *status*, questões não vislumbradas por pesquisadores que perceberam nesses territórios somente a dança.

Para Orsi, as sociedades recreativas, a exemplo das abordagens da historiografia discutida anteriormente, se constituem como sociedades dançantes, cujo objetivo “fundamental do Clube [Treze de Maio] era promover reuniões e diversões de caráter social, cultural e cívico. Este último consistia em comemorar condignamente a data do 13 de maio” (Orsi, 1999, p. 44). Silveira, por sua vez, destaca que “a Sociedade Beneficente Sebastião Lucas mantém relações com outras entidades afro, uma delas é o Núcleo Afro Manoel Martins dos Passos, cujo objetivo é a cultura e a educação” (Silveira, 2000, p. 31).

Nara Regina de Jesus (2005), em sua pesquisa sobre as agremiações culturais e beneficentes da capital gaúcha, destaca a Associação Satélite Prontidão e a Associação Beneficente e Cultural Floresta Aurora, a primeira fundada em 1902 e, em 1925, se une à Sociedade Carnavalesca Prontidão, de onde se origina o nome Satélite Prontidão. Corroborando com a interpretação de “associação combativa”, a autora assim conclui a respeito desta agremiação:

Mesmo passando por dificuldades financeiras a Sociedade Satélite Prontidão mantinha à disposição dos seus associados, e da comunidade que necessitasse, alguns serviços como cursos gratuitos de ensino primário ministrados por componentes do “Departamento Intelectual” do clube e ainda havia um gabinete dentário onde os associados eram atendidos (Jesus, 2005, p. 48-49).



Os espaços eram frequentados por uma parcela da população de afrodescendentes de Porto Alegre, que ascenderam socialmente. Neste sentido, seus referenciais culturais não eram, necessariamente, os mesmos da grande “massa” de afrodescendentes. A associação conservava a característica de combativa e beneficente, na medida em que tomava iniciativas voltadas para a educação e a saúde daqueles que necessitavam, como destaca a citação anterior.

Fundada em dezembro de 1872, a Associação Beneficente e Cultural Floresta Aurora também possuía “o departamento desportivo, intelectual e feminino à disposição de seus associados, realizando várias atividades como bailes, aniversários, ‘chá para senhoras’, além de cursos e assistência médica” (Jesus, 2005, p. 49). Segundo a autora, a Sociedade Floresta Aurora teria surgido com caráter beneficente, “para auxiliar famílias negras em caso de óbitos, custeando o funeral e prestando assistência, a essas famílias, segundo registro histórico da própria entidade” (Jesus, 2005, p. 52).

Considerados clubes de uma “elite negra” porto alegreense, as memórias dos entrevistados pela autora apontam que apenas uma determinada camada das populações de origem africana daquela cidade poderia participar dos eventos, “*negras finas*” que usavam “aquelas roupas bem alinhadas”, “tecidos finos”:

O Floresta, o pessoal de baixa renda do Barão, da Baronesa, não freqüentavam, eu lembro. Eram só as “negras finas”, sabe, aquelas roupas bem alinhadas, tecidos finos, chapéus e a gente não tinha condições, a minha família não tinha pelo menos, não faltava nada em casa, mas condições para fazer vestidos e comprar chapéus não dava.¹⁷

As organizações negras também compunham forma de articulação no interior do Rio Grande do Sul, no município de Pelotas, como abordam Beatriz Ana Loner e Lorena Almeida Gill (2009), investigando a trajetória dessas agremiações que remontam os tempos do Brasil Império. Segundo as autoras, estas entidades são de caráter mutualista e não “se limitavam às atividades de socorro mútuo”, “mas também procuraram formar bibliotecas, manter aulas para os sócios e suas famílias”.

Como forma de reação, os negros pelotenses formaram uma completa rede associativa, que incluía clubes recreativos, teatrais, carnavalescos, futebolísticos (clubes e federação de futebol) entidades mutualistas, de assistência às crianças

¹⁷ Entrevista realizada em 16 jun. 2003, Apud Jesus, 2005, p. 53.



e de representação, as quais auxiliavam na integração de seus membros na sociedade, em termos de construção de relacionamentos, amizades, relações de compadrio e, obviamente, de oportunidades de emprego e casamento (Gill; Loner, 2009, p. 146).

Com o desaparecimento das sociedades recreativas e beneficentes surgiram blocos e cordões carnavalescos, além dos clubes de futebol. Tais questões não constituem nosso foco da pesquisa, mas, em sendo encaminhadas pelas autoras, merece nota em nossas discussões. *Chove não molha* e *Fica Aí para ir Dizendo*, o primeiro fundado em 26 de fevereiro de 1919, e o segundo, em 27 de janeiro de 1921, tinham, ambos, a mesma finalidade: congregar pessoas e festejar o carnaval.

O primeiro era sensível à causa socialista, cedendo seu espaço à entidade Frente Negra Pelotense, “que abriam amplo espaço para suas atividades, como aulas e palestras, além de propiciar auxílio nas tarefas de arrecadação financeira” (A Alvorada, 2 set. 1934, 30 set.1934) (Gill; Loner, 2009, p. 154).

O *Fica Aí*, além de ser considerado o clube de “elite negra”, adotava os padrões de comportamento da sociedade hegemônica, sendo extremamente rigoroso com a conduta moral e o bem-vestir de seus frequentadores. Além da diversão, os clubes, como abordam as autoras, estavam para além da sociabilidade e lazer, procurando qualificar seus sócios para o mundo do trabalho:

Os clubes também poderiam auxiliar na busca de empregos e na maior qualificação profissional para seus sócios, com o oferecimento de vários cursos, como corte e costura, técnicos, etc. O *Fica Aí* contou com um time de futebol, sala de ginástica e grupos de danças e, durante algum tempo, abrigou a Escola Primária Francisco Simões, em convênio com o governo do estado, o que resultava em subsídio para a manutenção, além de dar ênfase ao aspecto cultural do clube (Gill; Loner, 2009, p. 160).

As citações evidenciadas indicam que as entidades permaneceram prestando auxílio aos seus membros por meio da alfabetização, de cursos de qualificação profissional e atividades lúdicas, isto é, proporcionavam, a seus integrantes e àqueles dispostos a aceitar as condições estabelecidas, integrar aquelas entidades, tendo a oportunidade de ascender socialmente, se divertir e conquistar respeitabilidade.

No entendimento de Willian Robson Soares Lucindo (2010), as sociedades recreativas, dentre outras “organizações negras” do início do século XX, como a



Imprensa Negra paulista, e os centros cívicos, são consideradas “associações combativas”. Estes conjuntos de organizações denominados pelo autor de “esfera pública letrada” constituíram-se em mecanismos de soerguimento das populações de origem africana por meio da vigilância constante dos seus membros na vida pública e privada, no auxílio mútuo aos que participavam dessas instituições, pela alfabetização e da criação de escolas noturnas, diurnas e fundos de beneficência para as famílias.

Lucindo considera que as associações combativas surgiram a partir de experiências organizativas presentes no formato das irmandades, no final do século XIX. O autor aponta que as sociedades recreativas beneficentes eram tão combativas quanto o *Jornal o Clarim*, como Centro Cívico Palmares e o Centro Humanitário José do Patrocínio.

Combativas eram, então, aquelas [associações] que tentavam “integrar” os afrodescendentes à sociedade de classe eliminando os obstáculos que lhe impedissem de competir com os brancos em pé de igualdade, isso tanto significou denunciar e criticar as práticas discriminatórias contra os afrodescendentes, quanto foi uma tentativa de inculcar padrões normativos que compartilhavam com as elites dirigentes (Lucindo, 2010, p. 59).

Seu trabalho também se faz relevante pela interpretação dispendida ao pós-Abolição como um problema histórico, à medida que a construção de “identidades negras” implicava em naturalizar a categoria “raça”, remontando às teorias raciais do século XIX. Para o autor, a emergência de identidades raciais compõe o limiar de um processo de alargamento dos direitos de cidadania que foram negados aos afro-brasileiros por causa da naturalização das desigualdades sociais pautadas na hierarquização de raças, definindo quem eram os “cidadãos”, portanto classificando aqueles que mereceriam ter acesso aos bens materiais e culturais.

De tal modo, por meio dessas exigências, as sociedades conseguiram manter certo *status* com seletivo número de sócios que, mesmo sendo trabalhadores de poucas posses, tinham com o seu trabalho a garantia de custear a mensalidade e frequentar as atividades dos clubes. Conseguiram, dessa maneira, se destacar na situação econômica e cultural em relação aos outros afrodescendentes, inserindo e estreitando relações em um restrito àqueles dispostos a seguir determinados padrões culturais impostos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo procurou apresentar os estudos sobre as sociedades recreativas, espaços autônomos de sociabilidade, lazer e visibilidade construídos no pós-Abolição. Estas sociedades recreativas e beneficentes surgiram em alguns estados do país, principalmente nas regiões sul e sudeste com a intenção de instruir, capacitar e auxiliar os afrodescendentes. Estas ações muitas vezes foram efêmeras, mas possibilitaram a essas pessoas acesso a bens materiais e culturais, sem deixar de festejar a vida, com atividades recreativas como bailes, saraus, peças teatrais, entre outros tipos de atividades culturais. Estas agremiações a exemplos do Cruz e Souza e União Operária de Laguna, foram espaços autônomos, onde os frequentadores, homens e mulheres, procuraram viver e se relacionar de acordo com seus interesses.

Essas agremiações buscaram gerir suas necessidades, ampliar suas redes de solidariedade, mobilidade social e distinguir-se da grande maioria dos descendentes de africanos, que se encontravam na miséria e não compartilhavam dos mesmos valores desses pequenos grupos frequentadores das sociedades recreativas. A construção desses espaços de sociabilidade se insere nas diversas estratégias de luta contra o racismo por meio da construção de autoestima, ascensão social, luta por cidadania, visibilidade e respeitabilidade.

As diversas pesquisas sobre o tema marcam a importância de se apreender as experiências e vivências desses homens e mulheres no pós-Abolição. As múltiplas formas de abordagem não invalidam nenhuma pesquisa aqui analisada. O exercício analítico deste texto propõe-se a notar um balanço historiográfico sobre os temas, conceitos e problemas levantados pelos diversos autores/as que ventilam sobre as agremiações recreativas.

A abordagem adotada como proposta a redução de observação ao âmbito do microscópico para captar o invisível ao olhar panorâmico. Com esta técnica de observação reduzida, o que escapa a um primeiro olhar, por meio de uma escala microscópica pode significar outras possíveis interpretações do passado, vivências e experiências de sujeitos históricos que se perderam em análises macroestruturais. Neste sentido a micro-história italiana, possibilita apreender uma fração do “vivido”, das



experiências pretéritas, de um grupo de sujeitos históricos que no início do século XX se organizaram a partir de interesses comuns, mas também opostos.

Referências

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

BASTIDE, Roger. A imprensa negra do Estado de São Paulo. *Boletim de Sociologia*, n. 2, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1951, p. 50-78.

BITTENCOURT, Iosvaldyr. A Esquina do Zaire. In: LEITE, Ilka Boaventura. *Negros no Sul do Brasil*. Florianópolis: Letras Contemporânea, 1996, p. 215-225.

BRITTO, Ieda M. *Samba na cidade de São Paulo (1900-1930): um exercício de resistência cultural*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1986.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional*. São Paulo: Ed. Nacional, 1960.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. A vida na escola e a escola da vida: experiências educativas de Afrodescendentes em Santa Catarina no século XX. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). *História da educação do negro e outras histórias*. SECADI-MEC: Brasília, 2005. (Coleção Educação para Todos).

_____. *A Luta contra a apatia: estudo da instituição do movimento negro anti-racista na cidade de São Paulo (1915-1931)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 1993.

CARVALHO, Andréa Aparecida de Moraes Cândido. *Negros de Lages: memória e experiência de afrodescendentes no planalto serrano*. Monografia (Trabalho de conclusão de Curso em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2001.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a república*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

COSTA, Sergio. A mestiçagem e seus contrários: nacionalidade e etnicidade no Brasil contemporâneo. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 13, n.1, p. 143-159, 2001.

DOMINGUES, Petrônio. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: SENAC, 2004.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro à sociedade de classes*. São Paulo: Dominus: Ed. USP, 1965. 2 vol.



FERRARA, Miriam Nicolau. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1986.

GIACOMINI, Sonia Maria. *A Alma da Festa: família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro – o Renascença Clube*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

JESUS, Nara Regina Dubois de. *Clubes sociais negros em Porto Alegre - RS: a análise do processo de recrutamento para a direção das associações Satélite, Prontidão e Floresta Aurora, trajetórias e a questão da identidade racial*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/RS). Porto Alegre, 2005.

LEVI, Giovanni, *Reciprocidad mediterrânea*. *Hispania*, LX (2000), p. 103-126.

_____. “*Antropologia i microhistória*”. Manuscripts, n. 11, p. 15-28, Janeiro, 1993. Disponível em <http://www.raco.cat/index.php/manuscripts/issue/view/1935>. Acessado em 28 de janeiro de 2011.

_____. *A Herança Imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Reciprocidade Mediterrânea*. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (Org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

_____. *Sobre a micro-história*. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história*. Novas perspectivas: São Paulo: UNESP, 1992, p. 133-161.

LIMA, Henrique Espada Rodrigues. *Com il poço farete assai: a microstoria de Carlo Ginzburg*. In: _____. *A micro história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 277-363.

_____. *História social e microanálise*: Eduardo Grendi. In: _____. *A micro história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 151-223.

_____. *No baú de Augusto Mina: o micro e o global na história do trabalho*. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 571-595, jul./dez. 2015.

LONER, Beatriz Ana. *Negros: Organizações e Lutas em Pelotas*. s/d. Disponível em <http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/Beatriz_Loner_Volume_05.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2010.

_____; GILL, L. A. Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 145-162, jan./jun. 2009.

LUCINDO, Willian Robson Soares. *Educação no pós-Abolição: um estudo sobre as propostas educacionais de afrodescendentes (São Paulo/1918-1931)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2010.

MARIA, Maria das Graças. *Imagens invisíveis de Áfricas presentes: experiências das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 1997.



MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, n. 1, 2001, p.171-209.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *O Aurélio era preto: trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano. Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. 40, n. 1, p. 85-127, jan.-jun. 2014.

MOURA, Clovis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade Nacional versus Identidade Negra*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004.

_____. Diversidade, identidade, etnicidade e cidadania. *Movimento - Revista de Educação*. São Paulo. n. 12, p. 1-13, 2005.

ORSI, Bernadete. *Clube 13 de Maio: um estudo sobre um território negro na área urbana de Tijucas*. Monografia (Especialização em História do Brasil) - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 1999.

PINTO, L. A. Costa. *O Negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

REIS, Marilise Luiza Martins dos. *Vozes e Políticas da Diáspora na América Latina e Caribe: a red de mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora como movimiento transnacional afrodiaspórico*. Mimeo. 2010.

SAYÃO, Thiago Juliano. As heranças do Rosário: associativismo operário e o silêncio da identidade étnico-racial no pós-abolição, Laguna (SC). *Revista Brasileira de História*, vol. 35, 2015, no 69. p.131-154.

SERNA, Justo; PONS, Anacleto. O buraco da agulha. De que falamos quando falamos de micro-história? In: MARTINS, Maria Cristina Bohn; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Orgs.). *Uma história em escala. A micro-análise e a historiografia latino-americana*. São Leopoldo: Oikos; Ed. da Unisinos, 2012, p. 15-72. (Coleção EHILA)

SILVA, Joselina da. *Renascença, lugar de negros no plural: construções identitárias em um clube social de negros no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2001.

SILVEIRA, Janaina Nailde da. *Nos Bailes da Vida: Sociedade Sebastião Lucas – Espaço de sociabilidade dos afro-descendentes em Itajaí*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) - Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALD). Itajaí, 2000.

SIMIANO, Mariléia. *Sociedade Recreativa União Operária: Um estudo sobre um território negro na cidade de Criciúma nos 1940-1960*. Monografia (Especialização em História do Brasil) - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2002.

STUART, Hall. *Dá diáspora. Identidades e mediações culturais*. São Paulo: Ed. Humanitas, 2003.



VENDRAME, Maíra et. all. (orgs.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Editora OIKOS, 2015.

VENDRAME, Maíra Ines. “*Questões de feitiço*”: quando a crença em bruxaria vira violência entre famílias camponesas italianas (Brasil e Itália, século XIX). *Navegar*. vol. 2, nº 2, Jan.-Jun. 2016, pp. 66-85. (Dossiê: Italianos no Brasil: imigração e retorno).

Recebido em junho de 2017
Aprovado em setembro de 2017